

16/12/2014

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 125.290 MINAS GERAIS

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S)	: MARCELO LEONARDO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MARCELO LEONARDO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. CONSTITUCIONAL. PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÕES DE PREVENÇÃO, DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO IDÔNEO PARA A PRISÃO PREVENTIVA E DE EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES SUBJETIVAS A RECOMENDAR A SOLTURA DA PACIENTE: IMPROCEDÊNCIA. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. A jurisprudência deste Supremo Tribunal é firme no sentido de que a competência por prevenção é relativa, estando sujeita à prorrogação, caso precluída a oportunidade de arguição da incompetência.

2. Considerado o que decidido nas instâncias antecedentes e as circunstâncias em que praticado o delito, a decisão de prisão preventiva do Paciente harmoniza-se com a jurisprudência deste Supremo Tribunal, que assentou que a periculosidade do agente, evidenciada pelo *modus operandi* (contratação de pistoleiros), constitui motivo idôneo para a custódia cautelar.

3. É firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que as condições subjetivas favoráveis do Paciente, tais como emprego lícito, residência fixa e família constituída, não obstam a segregação cautelar. Precedentes.

4. Pode o Relator, com fundamento no art. 21, § 1º, do Regimento Interno deste Supremo Tribunal Federal, negar seguimento ao *habeas corpus* manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à jurisprudência dominante, embora sujeita a decisão a agravo regimental.

5. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

A C Ó R D ã O

HC 125290 AGR / MG

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Ministro Teori Zavascki, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, **negar provimento ao agravo regimental**, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA** - Relatora

16/12/2014

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 125.290 MINAS GERAIS

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S)	: MARCELO LEONARDO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MARCELO LEONARDO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R ELATÓRIO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA – (Relatora):

1. Em 19.11.2014, neguei seguimento ao *habeas corpus* impetrado por MARCELO LEONARDO e OUTROS, advogados, em favor de LUIZ ANTÔNIO CAUS, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que, em 21.10.2014, denegou o *Habeas Corpus* n. 295.139. A decisão ora agravada tem os seguintes fundamentos:

“(...) 2. Tem-se, nos autos, terem sido denunciados o Paciente e quatro corréus pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incs. I e IV, do Código Penal, nas formas consumada e tentada.

Consta na denúncia que:

‘(...) Segundo apurado, mediante ajuste prévio de condutas, o quarto e quinto denunciados Jeremias Eufrânio da Silva e Pedro Carlos de Freitas Ferreira Alves, informado que a vítima André Elias Ferreira viajaria, com esposa e filho, para o Município de Caxambu/MG, (...), realizaram campanha em frente à sua residência, (...), aguardando sua saída e, assim que isto ocorreu, passaram a segui-la (...).

Ao parar, para fazer uma refeição, na lanchonete ‘Paineiras da Serra’, a vítima André Elias Ferreira foi abordada pelo quarto denunciado Jeremias Eufrânio da Silva que, depois de chamá-la pelo prenome, efetuou disparos a queima roupa, dois deles atingindo-a na face e na região peitoral, evadindo do local logo em seguida, na companhia do quinto denunciado Pedro Carlos de Freitas Ferreira Alves.

HC 125290 AGR / MG

Realizada intensa investigação policial, no curso da qual, inclusive cumpridas várias medidas cautelares deferidas por este Juízo (prisões temporárias e preventivas, buscas e apreensões, interceptações telefônicas e quebra de sigilo de dados telefônicos), apurou-se que a vítima André Elias Ferreira teria sido executada a mando do primeiro denunciado Luiz Antônio Caus, seu cunhado, enquanto o segundo e terceiro denunciados Ivens José Lombardi e João Alves Moreira Neto teriam atuado na trama criminoso como intermediários, contratado o quarto denunciado Jeremias Eufrânio da Silva para executar o crime; sendo o homicídio previamente ajustado entre os cinco participantes, através de contatos telefônicos, e figurando o primeiro denunciado Luiz Antônio Caus como financiador da trama criminosa.

A motivação do crime foi torpe, tendo o primeiro denunciado Luiz Antônio Caus encomendado a morte de seu cunhado, a vítima André Elias Ferreira, por desavenças familiares patrimoniais; tendo o quarto e quinto denunciados Jeremias Eufrânio da Silva e Pedro Carlos de Freitas Alves sido contratados como pistoleiros.

No homicídio, foi empregado recurso que dificultou a defesa do ofendido, que foi emboscado no estacionamento da lanchonete 'Paineiras da Serra', onde foi alvejado com disparos fulminantes (...) (grifos nossos).

3. O Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Itaúna-MG a) em 28.1.2014, decretou a prisão temporária do Paciente e dos demais corréus; e b) em 28.2.2014, 'convert[eu] a prisão temporária dos cinco Acusados LUIS ANTÔNIO CAUS, IVENS JOSÉ LOMBARDI, JOÃO ALVES MOREIRA NETO, JEREMIAS EUFRÂNIO DA SILVA e PEDRO CARLOS FREITAS FERREIRA ALVES, (...) em prisão preventiva'.

4. Contra essa decisão a defesa impetrou o Habeas Corpus n. 1.0000.14.025933-4/000 no Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Territórios. Em 8.5.2014, a 7ª Câmara Criminal daquele Tribunal de Justiça denegou a ordem pleiteada:

'HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO QUALIFICADO –

HC 125290 AGR / MG

PRISÃO TEMPORÁRIA CONVERTIDA EM PRISÃO PREVENTIVA – DECISÃO FUNDAMENTADA – PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS ELENCADOS NOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA – ORDEM DENEGADA.

- Não há constrangimento ilegal no decreto de prisão cautelar, devidamente fundamentado à luz, de dados concretos do processo, visando, nos moldes do artigo 312 do Código de Processo Penal, sobretudo, ao resguardo da ordem pública, tendo em vista as circunstâncias delitivas em que o crime supostamente foi cometido.

- O crime de homicídio, por cuja autoria o paciente foi denunciado, encontra, em seu preceito secundário, pena privativa de liberdade superior a quatro anos, o que implementa o comando normativo contido no inciso I do artigo 313 do Código de Processo Penal.

- A presença de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para elidir a custódia cautelar, em sendo demonstrada a necessidade de sua manutenção.

- Ordem denegada’.

5. A defesa impetrou no Superior Tribunal de Justiça o Habeas Corpus n. 295.139. Em 21.10.2014, a Quinta Turma daquele Superior Tribunal denegou a ordem:

‘HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA COM FULCRO NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E NA FUTURA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. NECESSIDADE DE ACAUTELAMENTO DA ORDEM PÚBLICA. CUSTÓDIA FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. POSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

HC 125290 AGR / MG

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não admite a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso próprio previsto no ordenamento jurídico. Contudo, nos casos de flagrante ilegalidade, a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Pela sistemática processual pátria, a prisão preventiva de acusado de prática delituosa - medida que, em absoluto, conflita com o princípio constitucional de inocência presumida - deve se abroquelar na sua necessidade, que, em termos do prescrito na lei processual penal, se traduz na garantia da ordem pública, conveniência da instrução e assecuramento da aplicação da lei penal. Assim, seja qual for a modalidade da prisão ante tempus, somente se justifica constrição à liberdade de ir e vir se necessária, em função da proteção daqueles valores.

3. Não encontra supedâneo nos autos a inferência de que o paciente, por não ter residência no distrito da culpa, irá se evadir, frustrando a aplicação da lei penal. O prognóstico é em sentido contrário, tendo-se em conta que o paciente tem residência fixa na cidade de Belo Horizonte, em local onde foi intimado para prestar declarações e fez entrega de seu passaporte à autoridade policial encarregada de presidir as investigações. Carência de fundamentação idônea de prisão preventiva com fulcro na conveniência da instrução criminal e na aplicação da lei penal.

4. A descrição dos fatos é, sim, elemento idôneo para justificar o decreto constritivo, pois ela revela o *modus operandi* do crime, que se constitui elemento de monta para aferir a periculosidade do agente e fundar, pois, prisão preventiva. Assim, alto grau de profissionalismo, crime cometido na clandestinidade, crime de verdadeira execução, premeditado, crime cometido mediante emboscada, em plena luz do dia, enfim, tudo está a denotar a prisão como garantia da ordem pública.

5. Deve-se ter em mente que não consubstancia constrangimento ilegal, passível de reparação por via de habeas corpus, a ordem de custódia preventiva cujo teor contém

HC 125290 AGR / MG

fundamentos suficientes, demonstrativos da presença de uma das circunstâncias inscritas no art. 312, do CPP.

6. Habeas corpus a que se denega a ordem’.

6. No presente habeas corpus, a defesa reitera as alegações suscitadas nas instâncias antecedentes, sustentando a ausência de fundamentação cautelar idônea para a prisão preventiva do Paciente.

Afirma que o decreto de prisão preventiva ‘não trouxe como fundamento qualquer fato objetivo diverso das condutas constitutivas da própria imputação penal que ora recai contra o paciente’, ressaltando que ‘o presente mandamus opõe-se ao argumento solitário e irreal de que a liberdade do paciente coloca em risco a ordem pública’.

Registra, ainda, que ‘as condições subjetivas do paciente lhe são inequivocadamente favoráveis’.

Este o teor dos pedidos:

‘(...) Diante de todo o exposto, demonstrada a ilegalidade da prisão preventiva que recai contra o paciente e verificado que a violação foi chancelada pelo Superior Tribunal de Justiça:

i) seja reformado o acórdão proferido no habeas corpus de autos nº 295.139/MG, para que casse o decreto de prisão preventiva proferido pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Itaúna em desfavor do paciente, garantindo-lhe o direito de responder a ação penal que lhe é movida em liberdade, determinando-se, por consequência, a imediata expedição de alvará de soltura;

ii) em caráter subsidiário, a reforma parcial do acórdão vergastado, de forma a substituir a segregação cautelar por liberdade provisória cumulada com medidas cautelares alternativas à prisão, com imediata expedição de alvará de soltura mediante assinatura de termo de compromisso;

iii) por fim, a notificação dos advogados subscritores, por qualquer meio hábil, permitindo que assomem à tribuna para sustentar as razões do presente recurso (...).’

Examinada a matéria posta à apreciação, DECIDO.

7. O pedido apresentado pelos Impetrantes é contrário à jurisprudência dominante deste Supremo Tribunal Federal.

HC 125290 AGR / MG

8. Ao decretar a prisão preventiva do Paciente, o Juízo de primeiro grau registrou que o Paciente a) foi o 'mandante e financiador da morte do ofendido'; b) 'evidenci[ou] alto grau de profissionalismo' e 'comete[u] o crime na clandestinidade'; c) 'por motivos de desavença com a vítima, em relação à gestão do patrimônio de sua família, e dotado de personalidade gananciosa, a ponto de não se dar nem mesmo com o próprio pai, resolveu eliminar o cunhado, passando a monitorar, por meio de interpostas pessoas, os seus passos, inclusive descobrindo que, no dia fatídico, iria ele realizar uma viagem com a família para Caxambu, a partir do que acionou seus comandados, para a execução do restante do plano'; e d) 'para dificultar a futura elucidação do caso, (...) contatou, inicialmente, dois intermediários de sua confiança, (...) os quais, por sua vez, contataram os dois autores materiais, (...) residentes noutra cidade, os quais, segundo demonstram os relatórios circunstanciados acostados aos autos, seguiram o veículo da vítima, desde a porta de sua casa, em Nova Lima, até o momento em que ela parou para fazer um lanche, nesta Comarca, onde veio a ser assassinada'; realçando, ao final, que '[c]hama a atenção (...) o fato comprovado nos autos de ter a vítima sido chamada pelo nome, quando abordada pelos autores executores, pois não era conhecida deles, o que reforça a conclusão de estarmos diante de pistolagem'.

Os fundamentos do decreto de prisão preventiva são sólidos, guardando harmonia com a jurisprudência deste Supremo Tribunal, segundo a qual a periculosidade do agente evidenciada pelo *modus operandi* é motivo idôneo para a manutenção da custódia cautelar, notadamente porque 'réu que contrata pistoleiros para a perpetração de homicídio é perigoso' (RHC 56.204, Relator o Ministro Antonio Neder, DJ 25.4.1978).

Nesse sentido:

(...) (HC 105.725, de minha relatoria, DJe 18.8.2011, grifos nossos); e

(...) (RHC 110.575, de minha relatoria, DJ 17.4.2012, grifos nossos).

Nesse sentido: HC 113.793, de minha relatoria, DJe 28.5.2013; HC 106.211, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJe 1º.8.2011; HC

HC 125290 AGR / MG

106.991, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe 17.5.2011; HC 102.119, Relator o Ministro Eros Grau, DJe 25.6.2010; HC 99.929, Relator o Ministro Eros Grau, DJe 4.6.2010; HC 98.231, de minha relatoria, DJe 14.5.2010; HC 98.130, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe 12.2.2010, HC 90.138–ED, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 13.4.2007; HC 93.895, de minha relatoria, DJe 13.6.2008; HC 91.285, Relator o Ministro Ayres Britto, DJe 25.4.2008; e HC 94.615, Relator o Ministro Menezes Direito, DJe 20.3.2009.

9. Conforme reiterada jurisprudência deste Supremo Tribunal, as ‘condições subjetivas favoráveis (...), tais como emprego lícito, residência fixa e família constituída, não obstam a segregação cautelar, desde que presentes nos autos elementos concretos a recomendar sua manutenção’ (HC 96.182, Relator o Ministro Menezes Direito, DJe 20.3.2009), como se tem na espécie vertente.

10. Na linha da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, ‘pode o Relator, com fundamento no art. 21, § 1º, do Regimento Interno, negar seguimento ao habeas corpus manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à jurisprudência dominante, embora sujeita a decisão a agravo regimental’ (HC 96.883-AgR, de minha relatoria, DJ 5.12.2008).

Nessa linha, entre outras, as decisões proferidas no julgamento dos Habeas Corpus ns. 93.343, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, DJE 31.1.2008; 89.994, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 22.11.2006; 94.134, Rel. Ministro Carlos Britto, DJE 3.4.2008; 93.983, Rel. Ministro Carlos Britto, DJE 17.3.2008; 93.973, Rel. Ministro Cezar Peluso, DJE 13.3.2008; 92.881, Rel. Ministro Eros Grau, DJE 30.10.2007; 88.803, Rel. Ministro Eros Grau, DJ 23.5.2006; 92.595, Rel. Ministro Menezes Direito, DJ 5.10.2007; 92.504, Rel. Ministro Joaquim Barbosa, DJE 26.9.2007; 92.206, Rel. Ministro Joaquim Barbosa, DJ 17.8.2007; 91.476, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJ 13.8.2007; 90.978, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJ 13.4.2007; 87.921, Rel. Ministra Ellen Gracie, DJ 15.2.2006; 87.271, Rel. Ministra Ellen Gracie, DJ 23.11.2005; 92.989, Rel. Ministro Celso de Mello, DJE 20.2.2008; 93.219, Rel. Ministro Celso de Mello, DJ 11.12.2007; e 96.883, de minha relatoria, DJ 5.12.2008;

HC 125290 AGR / MG

e 109.133-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 17.10.2011.

11. Pelo exposto, nego seguimento ao presente habeas corpus (art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), ficando, por óbvio, prejudicada a medida liminar requerida (...)."

2. Publicada essa decisão em 28.11.2014, interpõe MARCELO LEONARDO E OUTROS, ora Agravantes, em 5.12.2014, tempestivamente, agravo regimental.

3. No presente recurso, os Agravantes reiteram as questões suscitadas na impetração, defendendo, ainda, a "*competência por prevenção do Ministro Luís Roberto Barroso e da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal*".

Este o teor dos pedidos:

"(...) 46. Forte nas razões apresentadas no corpo do presente recurso regimental postula-se em grau de reconsideração:

a) o reconhecimento da competência, por prevenção, do Ministro Luís Roberto Barroso, com a remessa do habeas corpus e do presente recurso para que seja procedido o exame por parte do relator prevento; ou, alternativamente,

b) a reforma da decisão agravada, reconhecendo-se o excesso contido no decisum, determinando-se seja dado seguimento ao presente habeas corpus e o deferimento da medida liminar, nos exatos termos contidos na inicial, vez que as razões que justificaram seu requerimento permanecem hígidas.

47. Na hipótese de manutenção da decisão ora agravada, postulam seja o recurso levado a julgamento perante o colegiado, requerendo seja conhecido e provido, para que:

i) seja reconhecida a competência por prevenção do Ministro Luís Roberto Barroso; ou para que

ii) seja reformada integralmente a decisão agravada, reconhecendo-se o excesso contido no decisum, determinando-se seja dado seguimento ao presente habeas corpus e o deferimento da

HC 125290 AGR / MG

medida liminar, nos exatos termos contidos na inicial, vez que as razões que justificaram seu requerimento permanecem híidas (...)".

É o relatório.

16/12/2014

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 125.290 MINAS GERAIS

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA – (Relatora):

1. Razão jurídica não assiste aos Agravantes.

2. Quanto à alegação de “competência por prevenção do Ministro Luís Roberto Barroso e da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal”, ao argumento de que “antes do habeas corpus nº 125.290/MG, dois outros writs [HC ns. 123.323 e 123.993] haviam sido impetrados em favor do mesmo paciente tendo como origem a mesma ação penal de autos nº 0065814-92.20118.13.0338, que tramita perante a 1ª Vara Criminal da Comarca de Itaúna, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais”, registro que a jurisprudência deste Supremo Tribunal é firme no sentido de que a “competência por prevenção é relativa, estando sujeita à prorrogação, caso precluída a oportunidade de arguição da incompetência” (HC n. 88.759-AgR, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ 2.5.2008).

Nesse sentido, entre outros, os *Habeas Corpus* ns. 69.599, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 27.8.1993; e 77.754, Relator o Ministro Sidney Sanches, DJ 28.5.1999.

No caso, além de o Ministro Luís Barroso e a Primeira Turma deste Supremo Tribunal não terem examinado o mérito das ações antes impetradas (Proc. ns. 123.323 e 123.993), os Agravantes não fizeram ressalva sobre eventual prevenção nem menção à existência dos “dois outros writs” na inicial do presente *habeas corpus*, o que importa na preclusão da oportunidade de arguição da prevenção e na prorrogação da competência.

3. Ademais, conforme ressaltei ao negar seguimento à presente

HC 125290 AGR / MG

impetração, o pedido apresentado pelos Agravantes é contrário à jurisprudência dominante deste Supremo Tribunal Federal.

4. Ao decretar a prisão preventiva do Paciente, o Juízo de primeiro grau registrou que o Paciente a) foi o *“mandante e financiador da morte do ofendido”*; b) *“evidenci[ou] alto grau de profissionalismo”* e *“comete[u] o crime na clandestinidade”*; c) *“por motivos de desavença com a vítima, em relação à gestão do patrimônio de sua família, e dotado de personalidade gananciosa, a ponto de não se dar nem mesmo com o próprio pai, resolveu eliminar o cunhado, passando a monitorar, por meio de interpostas pessoas, os seus passos, inclusive descobrindo que, no dia fatídico, iria ele realizar uma viagem com a família para Caxambu, a partir do que acionou seus comandados, para a execução do restante do plano”*; e d) *“para dificultar a futura elucidação do caso, (...) contatou, inicialmente, dois intermediários de sua confiança, (...) os quais, por sua vez, contataram os dois autores materiais, (...) residentes noutra cidade, os quais, segundo demonstram os relatórios circunstanciados acostados aos autos, seguiram o veículo da vítima, desde a porta de sua casa, em Nova Lima, até o momento em que ela parou para fazer um lanche, nesta Comarca, onde veio a ser assassinada”*; realçando, ao final, que *“[c]hama a atenção (...) o fato comprovado nos autos de ter a vítima sido chamada pelo nome, quando abordada pelos autores executores, pois não era conhecida deles, o que reforça a conclusão de estarmos diante de pistolagem”*.

Os fundamentos do decreto de prisão preventiva são sólidos, guardando harmonia com a jurisprudência deste Supremo Tribunal, segundo a qual a periculosidade do agente evidenciada pelo *modus operandi* é motivo idôneo para a manutenção da custódia cautelar, notadamente porque *“réu que contrata pistoleiros para a perpetração de homicídio é perigoso”* (RHC 56.204, Relator o Ministro Antonio Neder, DJ 25.4.1978).

Nesse sentido:

“EMENTA: CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. ROUBO QUALIFICADO E SEQUESTRO. PRISÃO

HC 125290 AGR / MG

PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E GRAVIDADE DO DELITO. ALEGAÇÕES DE INOCÊNCIA E MOTIVAÇÃO INIDÔNEA PARA FUNDAMENTAR A PRISÃO PREVENTIVA DOS PACIENTES. AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DAS ALEGAÇÕES NESTA IMPETRAÇÃO. PRECEDENTES. DENEGACÃO DA ORDEM. 1. Não se comprovam, nos autos, constrangimento ilegal a ferir direito dos Pacientes nem ilegalidade ou abuso de poder a ensejar a concessão da ordem. 2. A custódia cautelar dos Pacientes mostra-se suficientemente fundamentada, não havendo, portanto, como se reconhecer o constrangimento, notadamente porque, ao contrário do que se afirma na petição inicial, existem nos autos elementos concretos, e não meras conjecturas, que apontam a periculosidade evidenciada pelo modus operandi do Paciente, circunstância suficiente para a manutenção da prisão processual. Precedentes. (...) 4. Habeas corpus denegado.” (HC 105.725, de minha relatoria, DJe 18.8.2011, grifos nossos); e

“EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSO PENAL. IMPUTAÇÃO DOS DELITOS PREVISTOS NO ART. 121, § 2º, INC. II E V, DO CÓDIGO PENAL E NO 244-B, § 2º, DA Lei N. 8.069/1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE). PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE DO RECORRENTE EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI E POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. AMEAÇA A TESTEMUNHAS. FUNDAMENTOS IDÔNEOS. 1. Este Supremo Tribunal assentou que a periculosidade do agente evidenciada pelo modus operandi, o risco concreto de reiteração criminosa e a ameaça a testemunhas são motivos idôneos para a manutenção da custódia cautelar. Precedentes. (...) 3. Recurso ao qual se nega provimento.” (RHC 110.575, de minha relatoria, DJ 17.4.2012, grifos nossos).

Nesse sentido: HC 113.793, de minha relatoria, DJe 28.5.2013; HC 106.211, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJe 1º.8.2011; HC 106.991, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe 17.5.2011; HC 102.119, Relator o

HC 125290 AGR / MG

Ministro Eros Grau, DJe 25.6.2010; HC 99.929, Relator o Ministro Eros Grau, DJe 4.6.2010; HC 98.231, de minha relatoria, DJe 14.5.2010; HC 98.130, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe 12.2.2010, HC 90.138–ED, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 13.4.2007; HC 93.895, de minha relatoria, DJe 13.6.2008; HC 91.285, Relator o Ministro Ayres Britto, DJe 25.4.2008; e HC 94.615, Relator o Ministro Menezes Direito, DJe 20.3.2009.

5. Conforme reiterada jurisprudência deste Supremo Tribunal, as *“condições subjetivas favoráveis (...), tais como emprego lícito, residência fixa e família constituída, não obstam a segregação cautelar, desde que presentes nos autos elementos concretos a recomendar sua manutenção”* (HC 96.182, Relator o Ministro Menezes Direito, DJe 20.3.2009), como se tem na espécie vertente.

6. Na linha da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, *“pode o Relator, com fundamento no art. 21, § 1º, do Regimento Interno, negar seguimento ao habeas corpus manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à jurisprudência dominante, embora sujeita a decisão a agravo regimental”* (HC 96.883–AgR, de minha relatoria, DJ 5.12.2008).

Nessa linha, entre outras, as decisões proferidas no julgamento dos *Habeas Corpus* ns. 93.343, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, DJE 31.1.2008; 89.994, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 22.11.2006; 94.134, Rel. Ministro Carlos Britto, DJE 3.4.2008; 93.983, Rel. Ministro Carlos Britto, DJE 17.3.2008; 93.973, Rel. Ministro Cezar Peluso, DJE 13.3.2008; 92.881, Rel. Ministro Eros Grau, DJE 30.10.2007; 88.803, Rel. Ministro Eros Grau, DJ 23.5.2006; 92.595, Rel. Ministro Menezes Direito, DJ 5.10.2007; 92.504, Rel. Ministro Joaquim Barbosa, DJE 26.9.2007; 92.206, Rel. Ministro Joaquim Barbosa, DJ 17.8.2007; 91.476, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJ 13.8.2007; 90.978, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJ 13.4.2007; 87.921, Rel. Ministra Ellen Gracie, DJ 15.2.2006; 87.271, Rel. Ministra Ellen Gracie, DJ 23.11.2005; 92.989, Rel. Ministro Celso de Mello, DJE 20.2.2008;

HC 125290 AGR / MG

93.219, Rel. Ministro Celso de Mello, DJ 11.12.2007; e 96.883, de minha relatoria, DJ 5.12.2008; e 109.133-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 17.10.2011.

7. Pelo exposto, encaminho a votação **no sentido de negar provimento ao agravo regimental.**

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 125.290

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

AGTE.(S) : MARCELO LEONARDO E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : MARCELO LEONARDO E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por votação unânime, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 16.12.2014.

Presidência do Senhor Ministro Teori Zavascki. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Ravena Siqueira
Secretária